

Temática de Políticas Públicas e Comissão de Gerenciamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Sobral. Formando oficialmente as comissões com seus representantes. Finalizando com informes, a presidente Antônia Márcia fala que dia 27 de fevereiro de 2025, o ministério público recebeu uma denúncia no Acolhimento Institucional de Criança e Adolescente, sobre um parecer técnico sobre a não conformidade sobre a estrutura física e alimentar, com isso foi enviado um relatório ao ministério público e a ouvidoria do município, com isso finaliza a palavra sobre as demandas que chegam para as comissões. Nada mais a se tratar, eu, Maria Liana de França Melo, secretária executiva deste conselho, lavrei a presente ata que depois de lida, analisada e aprovada por este conselho, será assinada por quem é de direito. Antônia Márcia da Silva Mesquita - Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Sobral - CMDCA.

**CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SOBRAL**

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SOBRAL - CONSEA, OCORRIDA NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2025.

Aos dezoito dias do mês de setembro de 2025, foi realizada a reunião extraordinária de forma presencial, às 13h30 no auditório do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Sobral - SINDSEMS PAUTAS: fórum de entidades; comissão organizadora e Planejamento da semana da alimentação. O presidente do conselho Kayo Henrique Menezes Martins abriu a plenária dando boas-vindas a todos (as), iniciando a reunião extraordinária, e repassou todas as pautas do dia. Ruthe Ellen da Silva Sousa Firmino, vice-presidente, iniciou sua fala apresentando as orientações repassadas pelo setor jurídico, o qual destacou a necessidade de atualização da lei, a fim de constar a criação de duas novas secretarias: a Secretaria da Pecuária e a Secretaria de Agricultura. Ressaltou-se que tais pastas eram anteriormente coordenações vinculadas ao organograma da Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Econômico (STDE), a qual permanece na atual composição do conselho, conforme a lei e o regimento vigentes. Conselheira Indira Gaide de Aguiar Cavalcante indagou se essas secretarias irão querer participar, porque muitas vezes as secretarias só querem está no nome e não comparecem as reuniões. a Vice-presidente indagou que eles já manifestaram interesse em participar. Indira reiterou que, anteriormente, houve a indicação de uma secretaria para compor o conselho que, apesar de formalmente integrada, nunca compareceu às reuniões. Ressaltou que essa situação acaba impactando a estrutura e o funcionamento do conselho, uma vez que provoca alterações na composição sem que haja, posteriormente, o devido compromisso com as atividades e responsabilidades do colegiado. Kayo ressaltou que todos querem participar ou seja, ter assento. Indira reiterou, vão colocar mais pessoas no conselho, e que no futuro elas podem se unir novamente, que isso é uma realidade de hoje. Ruthe perguntou se o pleno concordaria em trazer a proposta de redação sendo um representante de cada secretaria e os dois terem poder de voto, visto que cada um representa uma secretaria. Frisou ainda que o jurídico lhe deu dois caminhos, o primeiro seria encaminhar o documento atual juntamente com o texto já alterado, justificando as alterações. Indira questionou quem ficaria responsável por elaborar a justificativa. Ruthe respondeu que essa atribuição caberia ao conselho. Em seguida, Indira ponderou que, na prática, quem deseja alterar a Lei não é o CONSEA, mas sim a secretaria que pretende ingressar no conselho, sendo necessário, portanto, que a mesma apresente os motivos de seu interesse em integrar o colegiado. Ruthe explicou que, quando o senhor David, servidor público do Estado do Ceará, esteve em Sobral, ele prestou todas as orientações necessárias, informando que as secretarias da Pecuária e da Agricultura deveriam compor o conselho. Relatou ainda que, na ocasião, questionou o presidente sobre o término do biênio, a fim de que essas secretarias pudessem ingressar no conselho no momento adequado. Destacou, por fim, que não haveria necessidade de inclusão imediata, sendo mais indicado que a entrada ocorra apenas no início do próximo biênio. Ruthe voltou a falar sobre o fluxo necessário para a alteração da Lei, esclarecendo que, após a elaboração das devidas justificativas, o documento será encaminhado ao setor jurídico ao qual o conselho está vinculado, no caso, o da Secretaria dos Direitos Humanos e da Assistência Social - SEDHAS. O jurídico realizará um relatório situacional e, em seguida, encaminhará o processo à Procuradoria Geral do Município - PGM, onde será elaborado novo parecer. Posteriormente, o documento será enviado ao Gabinete do Prefeito, que o encaminhará ao Presidente da Câmara Municipal. Este, por sua vez, remeterá a matéria à

comissão específica, seguindo para a fila de leitura e, posteriormente, para apreciação e votação em sessão plenária. Indira destacou que esse procedimento corresponde a uma recomendação atual, ressaltando que anteriormente o fluxo para alteração da Lei não ocorria dessa forma. Ruthe apresentou a segunda alternativa para a alteração normativa, explicando que o processo poderia ser realizado por meio de Decreto. Nesse caso, o setor jurídico elaboraria o documento com a proposta de alteração da Lei e o encaminharia à Procuradoria Geral do Município - PGM, à qual caberia autorizar ou não a publicação. Acrescentou ainda que existe a possibilidade de tramitar simultaneamente pelas duas vias - Lei e Decreto - ficando estabelecido que, assim que uma delas for concluída, a outra será automaticamente cancelada. Por fim, destacou que o trâmite pode ser mais célere ou mais demorado, a depender das análises e encaminhamentos dos órgãos competentes. Kayo pontuou que o próprio Governo Municipal acaba por burocratizar o processo, o que dificulta os encaminhamentos, destacando que os interesses envolvidos são do próprio ente governamental. Ruthe reforçou que não se trata apenas de uma iniciativa ou desejo da Prefeitura em incluir essas secretarias, mas que, além da importância e do interesse das próprias pastas em participar, houve recomendação do Estado nesse sentido. Indira esclareceu que o Estado apenas emite recomendações, cabendo ao Conselho decidir se as acata ou não. O conselheiro Francisco Valdicélio Ferreira solicitou a palavra e apresentou um resumo da situação, ressaltando que a conjuntura das secretarias mudou e, diante desse contexto, é importante que elas façam parte do conselho. Destacou que existem programas que demandam a participação no conselho para angariar recursos, sendo esse o principal motivo para a inclusão dessas secretarias. Valdicélio sugeriu que o conselho estudasse uma forma de viabilizar essa inserção. Indira observou que o fórum não poderia ocorrer antes da efetivação dessa mudança, mas Valdicélio contrapôs, afirmando que o fórum poderia ser realizado com a composição atual, realizando-se o trâmite de inclusão das secretarias ao longo do novo biênio. Ruthe falou que poderia dar início ao processo do fórum, enquanto o processo de mudança da lei ocorreria em paralelo. Ressaltou que seria importante verificar o edital e deixá-lo preparado, de modo que o fórum pudesse ocorrer em novembro, já considerando a nova modalidade. Acrescentou ainda que, assim que o decreto fosse publicado, o edital do fórum também poderia ser divulgado, garantindo que todas as informações estivessem legalizadas. Indira acrescentou que a secretaria que deseja ingressar no conselho deveria enviar um documento formal, explanando seu interesse em participar. Ela ainda destacou que a entrada de uma nova secretaria demanda um esforço maior para mobilizar instituições a participarem do fórum de entidades, garantir o quórum necessário e atender a outras demandas relacionadas. Indira ressaltou ainda a dificuldade das instituições em participarem, ressaltou que no último fórum foi preciso fazer duas vezes para que se formasse o conselho. Ressaltando que colocar outra secretaria no conselho tem que ser algo bem pensando. O conselheiro IB Mendes, ressaltou se não seria interessante eles já começarem a participar das reuniões, para irem se integrando como ouvinte. Algo que também foi discutido no pleno. Após conversação, foi dado alguns encaminhamentos e seguiu-se a pauta. O presidente procedeu à leitura do edital do Fórum anterior, com a finalidade de utilizá-lo como referência para a elaboração do novo edital, realizando as adequações e alterações necessárias. Durante a leitura, houve amplo debate entre os conselheiros, que apresentaram opiniões, sugestões e pontuações consideradas relevantes para o aprimoramento do documento. Também foram compartilhados relatos sobre a realização do Fórum anterior, destacando-se, entre as dificuldades enfrentadas, a necessidade de realizar o lançamento do edital por duas vezes, em virtude da insuficiência de instituições inscritas no primeiro lançamento. Na mesma discussão, foi mencionada a ausência da Instituição Santa Casa de Misericórdia, bem como da Instituição Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador e à Trabalhadora - CETRA. Destacou-se que a Santa Casa de Misericórdia sempre apresentou participação ativa no Conselho, contudo, as mudanças administrativas têm impactado na frequência de sua representação nas reuniões. A vice-presidente sugeriu que, como forma de evitar a evasão das instituições do Conselho, fosse adotada a assinatura de um Termo de Responsabilidade no ato da posse. Ressaltou que as decisões deliberadas no âmbito do Conselho são de grande relevância e demandam a presença dos membros para a formação de quórum, garantindo a legitimidade e a efetividade das deliberações. Finalizada a leitura do edital, seguiu-se para a leitura do Regimento Interno Eleitoral, que assim como o Edital, foi lido, debatido e analisado e feito as devidas alterações. Ficou decidido pela recondução do mandato

do pleno e mesa diretora, a fim de garantir tempo hábil para a organização do Fórum de Entidades. Para esse fim, foi estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias. A pauta irá ser levada para o pleno na próxima reunião. Logo após, deu-se continuidade à reunião com a última pauta, que tratou da organização da Semana da Alimentação. Inicialmente, foi lido o tema definido para a ação: “De mãos dadas por uma alimentação melhor e um futuro melhor”. Valdicélio informou que, em conversa com os residentes da Secretaria de Saúde, ficou decidido que será realizado um circuito de atividades até o Dia Mundial da Alimentação. Destacou ainda que será feita uma mobilização no prédio da Secretaria, com a entrega de um card informativo contendo a programação das ações. Ficou deliberado que cada instituição deverá encaminhar sua programação para o e-mail ou WhatsApp do Conselho, e que no dia 16 de outubro de 2025 será realizada a culminância da Semana da Alimentação. Todas as programações recebidas serão reunidas e amplamente divulgadas. Em seguida, foi levantado o questionamento quanto ao prazo para organização do evento de culminância. A conselheira Ruthe Ellen manifestou-se afirmando que seria possível realizar a organização dentro do tempo previsto e se responsabilizou pela logística do evento. Quanto à palestra, a Secretária Executiva Maria Carla do Nascimento sugeriu o nome do Sr. Doutor Jorge Luís, professor e nutricionista do Centro Universitário Inta - UNINTA, em Sobral. A sugestão foi aprovada por todos os presentes. Para a apresentação cultural, ficou definido que será realizada pela Instituição “Mãos que Acolhem”. Foi realizada uma prévia da programação, momento em que todos os conselheiros presentes puderam se manifestar e apresentar suas contribuições para a construção coletiva da proposta. As sugestões foram debatidas de forma participativa, considerando diferentes pontos de vista, com o objetivo de aprimorar a programação e adequá-la às necessidades e aos objetivos do conselho. Encaminhamentos finais incluíram: Carta de intenção da secretaria da agricultura; Solicitar parecer ao Estado; Solicitar agilidade jurídica no processo; Secretária executiva irá fazer as alterações no edital; Ofícios para as instituições enviarem suas programações Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada. Para constar, eu, Maria Carla do Nascimento, Secretária Executiva do CONSEA lavrei a presente ata, que será assinada pelos (as) conselheiros (as) presentes. Kayo Henrique Menezes Martins - Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Sobral-CONSEA.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SOBRAL-CONSEA OCORRIDA NO DIA 05 DE AGOSTO DE 2025. Ao quinto dia do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco (05/08/2025), às 13h30, realizado no Auditório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Sobral/CE (STTR), localizado na Av. Dom José Tupinambá da Frota, 2357 - Centro (Próximo a Padaria Dom José) realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) de Sobral. PAUTAS: Informes; Apresentação e aprovação do instrumental; Apresentação das propostas do PPA; Fórum de entidades; Programa LUPPA; Divisão dos membros das comissões; Apresentação sobre segurança alimentar - SEDHAS; A reunião teve início com a fala do presidente Kayo Henrique Menezes Martins, que deu as boas-vindas aos presentes, agradeceu o espaço cedido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sobral e comunicou a transição da função de Secretária Executiva do Conselho, que passa da Sra. Oneide Paula Silva para a Sra. Maria Carla do Nascimento. Em seguida, abriu espaço para os informes. Foram apresentados os seguintes comunicados: realização da Feira Ecológica na Praça de Cuba; realização do evento Bodega de Oportunidades, no dia 08/08/2025, no Centro de Convenções de Sobral; e as eleições sindicais que ocorrerão em 26/08/2025, o que ocasionará mudanças na representação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no Conselho. A vice-presidente, Ruthe Ellen da Silva Firmino, prestou informe acerca do Plano Municipal de Segurança Alimentar, esclarecendo que a secretaria encontra-se em processo de solicitação de permanência na Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). Foram apresentados os documentos exigidos e, posteriormente, o Estado solicitou a indicação de pessoa de referência de Segurança Alimentar, atualmente representado pela Sra. Bianca Mendes Araújo. A vice-presidente informou ainda não ter recebido parecer final da CAISAN, ressaltando os benefícios da adesão, como a ampliação do acesso a programas a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA na modalidade leite. Destacou também que, em reunião com representantes do Estado, houve orientação para suspensão temporária das atividades relacionadas à Segurança Alimentar, uma vez que estas

deverão estar previstas no Plano Plurianual- PPA, cuja finalização está prevista para o final de agosto. Concluiu relatando sobre as formações semanais que participa juntamente com a Sra. Bianca. Na sequência, o presidente conduziu a segunda pauta: apresentação e aprovação do Instrumental. Reforçou a importância da criação das comissões temáticas e da participação ativa de todos, destacando que o Conselho deve atuar além do espaço das reuniões. Informou que foram realizadas nove modificações no documento, conforme apontamentos da reunião anterior. O Instrumental foi apresentado em projetor, com leitura feita pela vice-presidente, que explicou cada alteração. Comunicou que o documento será disponibilizado via WhatsApp e e-mail, concedendo prazo de 48 horas para manifestação. Caso não haja objeções, será considerado validado nesta reunião. O conselheiro Francisco Valdicélio Ferreira solicitou a palavra e reforçou que o Instrumental será utilizado como ferramenta de orientação nas visitas do Conselho. Ressaltou-se a necessidade de capacitação para os conselheiros que realizarão as visitas, como forma de formação permanente, a ser implementada no próximo biênio devido à proximidade da troca de gestão do Conselho. Seguindo a pauta, tratou-se do Fórum de Entidades, com discussão sobre as responsabilidades das comissões. Contudo, a apresentação não ocorreu devido à ausência de “quorum” para aprovação. Foi destacada a necessidade de organização antecipada, visto que o Fórum ocorrerá em outubro. Diante disso, o presidente sugeriu a realização de reunião extraordinária virtual via Google Meet, proposta que foi aceita. Ainda nesse ponto, a vice-presidente lembrou que em 16/10 /2025 será comemorado o Dia Mundial da Alimentação, recordando as ações do ano anterior, quando as atividades foram descentralizadas em diferentes instituições, com culminância no último dia. Na sequência, abordou-se a pauta do Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares (LUPPA), onde foi informado que passaria da Secretaria da Assistência Social para a Secretaria da Agricultura. A vice-presidente informou que, na última reunião presencial, foi encaminhada a necessidade de definição sobre a responsabilidade da gerência da Rede LUPPA, considerando que a Secretaria da Agricultura desenvolve apenas atividades pontuais. A transição será feita gradualmente, sem prejuízo às ações da Assistência Social. Foi mencionado o Guia Metodológico do LUPPA e questionado pelos conselheiros quem assumirá a condução nesta nova fase, assim como a ausência de ações concretas do Programa no município. A vice-presidente esclareceu que existe a possibilidade de solicitar monitoria ao Programa, mas que ainda não foi disponibilizado o passo a passo para essa solicitação. Em seguida, a Sra. Bianca Mendes Araújo, supervisora de a Segurança Alimentar da Secretaria dos Direitos Humanos e da Assistência Social -SEDHAS, apresentou as ações em andamento pela secretaria, destacando: Horta comunitária, em parceria com a Secretaria da Pecuária e Agricultura, a ser implantada inicialmente no CRAS Irmã Oswald, com foco no fortalecimento dos serviços de convivência e no incentivo ao consumo de alimentos in natura; Visitas técnicas mensais de Segurança Alimentar e Nutricional nos equipamentos da Proteção Social Básica e Especial; Orientações nutricionais e elaboração de cardápios individualizados para equipamentos da rede socioassistencial; PAA-Leite, com recebimento semanal de 650 litros de leite para distribuição nos equipamentos, fortalecendo a agricultura familiar e o setor produtivo local; Cartão Ceará Sem Fome, benefício mensal destinado a famílias em vulnerabilidade, contemplando atualmente 587 famílias; Programa Vale Gás Social, que assegura segurança energética e alimentar a famílias vulneráveis, beneficiando 2.075 famílias; Parceria com o SESC, com distribuição de quentinhas e sopas nos equipamentos da Proteção Social Especial (PSE); Programa EGSUAS, que promove educação permanente para trabalhadores, gestores e conselheiros da política de Assistência Social; Capacitação SAN, com foco em boas práticas de manipulação de alimentos e articulação com instituições de ensino superior para aquisição de gêneros destinados a cestas básicas; Entrega de cestas básicas, em parceria com a Secretaria de Cultura e a Secretaria da Segurança Cidadã. Foi pontuada ainda a necessidade de reforçar, nos espaços de manipulação de alimentos, avisos sobre boas práticas de higiene e preparo. Um conselheiro se dispôs a encaminhar contato de responsável do SENAC para viabilizar curso técnico de manipulação de alimentos voltado à população. Ao final, o presidente agradeceu a presença de todos, ressaltou a importância da participação ativa dos conselheiros e solicitou que cada um pense em propostas de atividades para a Semana do Dia Mundial da Alimentação, a serem apresentadas na reunião de setembro. Não havendo mais assuntos a tratar, o presidente declarou encerrada a reunião. Eu, Maria Carla do Nascimento, Secretária Executiva do Conselho, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será devidamente assinada pelos representantes presentes. Kayo Henrique Menezes Martins - Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Sobral-CONSEA.